ATENÇÃO: Este documento contém fotografia.

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
000854 -4 SET 79
PROTOCOLO

22560

Assunto: FÔRÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO

O problema "Fôrça Pública do Estado de São Paulo" é por demais complexo para ser abordado apenas por um observador, embora êste possa valer-se de arquivos, registros e experiências pessoais e de relatos alheios.

O que se vai lêr é um apanhado superficial, por vezes até desalinhavado, e que, para ser inteligível, foi dividido em títulos abordando os aspectos que mais interessam ao País.

Seria de suma importância para os analistas a quem fôr distribuido êste trabalho que — pelo menos informalmente — ouvissem três ilustres militares que ocuparam no último lustro a pasta da Segurança Pública de São Paulo: generais Aldévio Barbosa de Lemos (1963/64), João Paulo da Rocha Fragoso (1966) e coronel Sebastião Ferreira Chaves (1967). Os dois generais são encontrados hoje, respectivamente, no Serviço Municipal de Transportes Coletivos de Santos e na Usina de Urubupungá das Centrais Elétricas de São Paulo, e o coronel cursa atualmente a Escola Superior de Guerra.

SEGURANÇA INTERNA

A Fôrça Pública de São Paulo, mercê da situação privilegiada desta Unidade na Federação, recebeu desde o início da República as honras e os cuidados de um verdadeiro Exército, jogado pelos então Presidentes do Estado nos pratos da balança política: adestrada pela missão francêsa, agigantou-se a ponto de possuir aviação própria. Na República Velha, foi chamada a colaborar com o Exército Nacional em várias missões militares (Canudos, por exemplo) e nas revoluções teve papel importante (1924, 1930, 1932).

Pouco a pouco, foi absorvendo funções e corporações outras, e hoje, com um efetivo nominal de 36 000 homens, é uma fôrça anti revolucionária ponderável: tem seu serviço de material bélico, comunicações próprias, efetua o serviço de Rádio Patrulha, Polícia Ferroviária, Polícia Florestal, mantém em cada um dos quinhentos e tantos municípios destacamentos policiais, e efetua o trabalho de bombeiros. Em cada uma das unidades municipais há um elemento do serviço de informações da Milícia e como esta mantém, por fôrça de lei, um assistente militar em cada Secretaria de Estado, na Prefeitura da Capital e no Tribunal de Justiça, é bem de se vêr o caudal de notícias

INFILTRAÇÃO COMUNISTA

Causa espécie ao mais desavisado observador que a Fôrça Pública do Estado se tenha constituido num verdadeiro seio de Abrahão com relação à infiltração comunista. Nela — ao contrário das demais Fôrças Armadas e das repartições civis — não tem guarida o credo vermelho. O uniforme da corporação é melhor do que a própria batina: é uma verdadeira couraça contra as idéias de Marx e Mao. Em 1 964 alguns elementos foram afastados, mas se ignoram punições com base nos atos revolucionários mais recentes: são 36 000 homens imunes ao micróbio vermelho.

Contudo, do ponto de vista da subversão, interessa muito mais doutrinar um soldado da Fôrça Pública do que um recruta das Fôrças Armadas: êste se desincorpora a prazo curto, enquanto que aquele, como profissional, permanece por muito tempo na ativa e, por fôrça da própria função, tem contato direto com o público. O soldado é, geralmente, suscetível de fácil doutrinação: ganha pouco, não tem lugar na sociedade, e é maltratado pela oficialidade. A infiltração na Fôrça Pública tornou-se mais fácil de uns tempos a esta parte por que, na sua auto-suficiência, o Estado Maior resolveu abolir os documentos fornecidos pela Polícia Civil: atestado de antecedentes criminais e político-sociais. Vendo-se a rapaziada que vem sentando praça na Fôrça, nota-se que a grande maioria tem Ginásio, e alguns têm Colégio ou Normal. Por que tal amor à farda, se o soldo é baixo, a possibilidade de acesso é restrita, e o mercado de trabalho do Estado lhes oferece maiores possibilidades, quer no setor privado quer no público ?

No movimento dos bombeiros, ocorrido durante o govêrno do prof. Carvalho Pinto, as técnicas e táticas usadas foram de inspiração nìtidamente comunista, e a maioria dos indiciados ocupa, hoje, posições de mando na Milícia. Na ocasião, quando de uma passeata que percorreu as ruas centrais da Capital, com a participação de 800 pessoas aproximadamente, notaram-se as presenças dos líderes comunistas ANTÔNIO CHAMORRO, FLORIANO FRANCISCO DEZEN, JOÃO LOUZADA, JOFRE CORREIA NETO, AURO HELENO, DANTE PELACANI, LUIZ FIRMINO DA SILVA, LUIZ TENÓRIO DE LIMA, JOSÉ BRASIL DE CASTRO ALVES, GLARINO FERNANDES DOS SANTOS, além dos deputados federais IVETE VARGAS, SALVADOR ROMANO LOSACCO, FROTA MOREIRA e deputados estaduais LUCIANO LEPERA, GERMINAL FEIJÓ e o sub-tenente HEROTILDES CARVALHO DE ARAUJO, presidente do Centro Social dos Sargentos da Fôrça Pública. Os cartazes, conduzidos em sua maio-

propaganda comunista, lançando os empregados contra o patrão e o próprio Govêrno. É comunista confesso e nada acontece com referido elemento.

Sabe-se que os coronéis Paulo Marques, Maximo, Adauto Fernandes de Andrade, Davino dos Santos, Edmur de Moura Sales, major Jatir, cel. Jaime dos Santos e vários políticos frequentam assìduamente a casa do sargento Aires, em Joaquim Egídio.

A propósito, convém lembrar que o coronel ADAUTO FERNANDES DE ANDRADE, em companhia do coronel MAXIMILO DE ANDRADE NETTO, que consta possuir ficha de comunista no DOPS/SP, viajou com destino a Brasília no veículo Volkswagen, chapa nº 1-17-41-18, côr pérola, no dia 17 de julho último.

No ano passado, em novembro, num domingo, Aires, ludibriando a boa fé do Comendador Saraiva, que tem um rancho de pesca nas margens do rio Atibaia, proximidades de Joaquim Egídio, fez uma concentração de elementos suspeitos (cêrca de 50 pessoas) no Rancho, oportunidade em que houve discussão e transpareceu ser a reunião de elementos comunistas. Nessa concentração os carros estavan sem chapas ou com chapas "frias". Anotaram-se as seguintes pessoas: cel. Vilela, Chefe do Estado Maior da Fôrça Pública, na época, cel. Edmur, Chefe da Casa Militar, cel. Adauto (reformado), cel. Maximo, cel. Davino dos Santos, major Jatir, cel. Jaime dos Santos, etc.

Quando da explosão da bomba no QG da Fôrça Pública, foi designado para o IPM o capitão Cid Benedito Marques, tendo sido presos, como suspeitos, no mesmo dia, os milicianos: sgtº JAIRO, JUAREZ e soldado JESSÉ. No dia seguinte ao da explosão, após o término do expediente, o major Edson desceu à prisão e os colocou em liberdade por ordem do cel. Vilela. É evidente que tais elementos, se pressionados, iriam revelar o plano e para que isso não acontecesse, os oficiais tomaram aquela titude. Desde então, o capitão presidente do IPM passou a prender os "trouxas". Depois de 5 dias, o capitão Cid teria sido chamado à Casa Militar e teria recebido ordem do cel. Edmur para não apurar nada. No momento em que Sábato Dinotos deveria ser interrogado, o capitão Cid dispensou o subtenente Djalma, que fôra designado verbalmente para substituir o tenente Aurélio, que era o escrivão oficial do IPM. O capitão Cid, ao dispensar Djalma, pediu desculpas e justificou dizendo que era ordem superior. Referido IPM encontrou sérios obstáculos para nada apurar, sòmente vindo à tona mais tarde com a descoberta pela Polícia Civil do terrorista Sábato Dinotos. No dia da explosão, foi encontrado um bilhete no pôço do elevador que

dizia mais ou menos o seguinte: "Jessê, se tudo der certo, passe na minha casa para avisar". No outro lado do bilhete estava escrito o nome do subtenente CRISTOFARO CLEMES, atualmente oficial (2º tenente). Referido oficial parece que não foi ouvido em nada e agora estaria envolvido em furto de armas no QG.

No comêço do ano de 1968, ocorreu o famoso furto de armas no QG da Fôrça Pública. De imediato ninguém duvidou que os autores teriam sido os terroristas. Ocorre que, referido furto parece ligar-se a outro fato, também importante, e que se refere a DPM. Esta repartição estava instalada, na época, no subsolo do Quartel General. Seu depósito de armas, que contava com armamento suficiente para 350 homens, que é seu efeito, encontrava-se num salão ao lado do páteo interno do QG. Um mês antes do furto do QG, o capitão Malavásio, comandante da DPM, recebeu ordens do coronel Vilela, que naquele tempo era Chefe do Estado Maior, para que mudasse o depósito de armas para uma sala, do lado externo, que dava para o corredor de saida do páteo interno para a rua. Tal mudança iria facilitar um possível furto de armas. O capitão Malavásio segurou referida ordem de serviço durante um mês, talvez por desconfiar do Chefe do Estado Maior. Três dias antes do furto das armas do QG, o coronel Vilela interpelou o capitão Malavásio, se iria ou não mudar o depósito das armas e como o capitão teria respondido negativamente, fôra, por isso, punido. Depois que ocorreu o furto no QG, o capitão Malavásio teria dito que se procedesse à mudança como lhe mandara o coronel Vilela, talvez a DPM fôsse a vítima do furto de armas... Do IPM instaurado nada se sabe.

Em setembro de 1967, numa sexta-feira, à noite, após o expediente, possìvelmente às 21 hs, mais ou menos, um caminhão pertencente a um cidadão civil (primo do sgtº José Alves Guedes) e uma perua Kombi de propriedade do sgtº Guedes pararam defronte ao Almoxarifado Central do S.I. e aí retiraram cêrca de mil e poucos fardamentos (uniformes de campanha), a mesma quantidade de botas-comando, capacetes usados, japonas e cintos de guarnição e rumaram para Mato Grosso, município de Campo Grande, para a fazenda de um ex-coronel do Exército, cassado pela Revolução e que é primo do capitão Abreu. Na segunda-feira, o capitão Abreu mandou que o sgtº Fioroto fizesse carga do material desviado para as unidades da Fôrça Pública. O sargento negou-se a proceder da maneira como o capitão Abreu determinou e por isso foi transferido de seção e foi punido. Referido capitão Abreu está implicado na subversão. O fato foi levado ao conhecimento do coronel Morais que, para evitar escândalo, removeu o capitão Abreu e o sgtº Celso Augusto. O capitão Abreu e o

ameaçava — como ameaça ainda — a eficiência de um organismo policial que no seu todo engloba 60 000 homens, mais do que suficientes para policiar 18 milhões de habitantes se se recordar que a "Scotland Yard", para tomar conta de 12 milhões de londrinos tem 20 000 homens (documento anexo).

Tudo em vão: o coronel Sebastião Chaves saiu por imposição da Milícia, contrariada em algumas pretensões; o prof. Hely Lopes Meirelles deixa a Pasta após entrar em choque com o comando da Fôrça Pública.

O despreparo do homem da Fôrça para as funções de policiamento que lhe foram atribuidas, levou o secretário Meirelles a criar Grupo de Trabalho para reformular o sistema de ensino da Milícia. A verdade é que infelizes soldados têm sido vítimas de tôda uma engrenagem que não funciona a contento. Despreparo dos oficiais ? Desinteresse dos mesmos pela profissão que abraçaram ? Interêsse em criar um clima insuportável ? Não o sabemos.

S O L U Ç Ã O ?

Não compete a um relatório, que procurou apenas dar um vago, um pálido retrato da situação de crise presente, entrar em considerações visando soluções que implicam, antes de tudo, numa atitude de coragem dos Govêrnos Federal e Estadual. Todavia, documento anexo, sem título, elaborado há quasi um ano, aponta pelos menos um caminho: a criação das guardas municipais, já permitida por decreto de 2/9/1968 (documento anexo).

-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

São Paulo, agôsto de 1969.=